



Os desaparecidos nos desastres

Norma Valencio

Conforme o debate científico internacional considera, mas o meio técnico brasileiro resiste a reconhecer – por razões ideológicas, corporativas e demais conveniências particularistas –, os desastres são um tipo de crise na esfera social. Por se tratar de desorganizações e reorganizações da dinâmica social, num tempo que não pode ser estabelecido apenas cronologicamente, o qual envolve tensões, disputas, conflitos entre diferentes atores, com forças políticas distintas para refletir suas aspirações dentro do aparelho do Estado e na reorganização do lugar, é um objeto cuja complexidade exige a abordagem das Ciências Humanas e Sociais. Essas, contudo, são francamente hostilizadas por grupos técnicos e científicos que, ao abordarem o tema dos desastres, preferem descartar a necessidade de entendimento da realidade densa para nisso fazer seus discursos simplificadores – e, no geral, fomentadores da estigmatização dos grupos sociais mais vulneráveis, que vivem em territorialidades suscetíveis – ganharem legitimidade na cena decisória. Decisões políticas movida pela reafirmação de estigmas serão sempre um equívoco se intentamos um projeto genuíno de civilidade.

Embora sendo acontecimentos que digam respeito à administração pública – e resultantes, também, de providências falhas, insuficientes ou inadequadas desta –, os desastres suscitam que as frações do Estado atravessem a administração doméstica, constringendo ainda mais sua condição humana. Tal processo reforça a importância da análise dos desastres a partir da construção social do problema e, mais especialmente, desde a vocalização dos afetados (GILBERT, 1998), o que vem em oposição à pretensa suficiência discursiva da tecnociência.

É possível pensar, preliminarmente, numa hierarquia de decaimento da condição humana dos afetados nos desastres expressa pelas condições objetivas de falecimento físico e social, abaixo relacionadas. Nela constariam, pela ordem:

- Os desaparecidos,
- Os mortos,
- Os desabrigados,
- Os desajolados,
- Os demais afetados,

Tal hierarquia precisa, como de resto todas as demais, ser tomada num sentido relacional, pois que, no plano concreto das relações sociais, essas condições se enfeixam.

Estão mais suscetíveis a desaparecer e morrer entes de famílias que, nos desastres, ficam situadas nos grupos desabrigados e/ou desalojados, posto que a destruição ou danificação severa de moradias gera grande parte de afetados em certos eventos, como nos episódios de chuvas torrenciais e em ocorrência no período noturno, circunstância em que a maioria dos membros da família se encontra repousando. Para os sobreviventes, lidar com a condição de desaparecido de um membro da rede primária é intranquilizador. Trata-se de uma morte presumível, representada por uma memória de uma presença física do outro o qual, subitamente, saiu da vista ante o impacto de um fator ameaçante, gerando uma desvinculação involuntária e permanente de seu grupo de convivência. O desaparecimento é, em muitos sentidos, uma condição pior do que a daquele que, falecido, teve seu corpo recuperado e identificado pela família, pois a condição de desaparecido sonega à sua rede a consecução dos rituais de luto em sua plenitude, coloca tal rede em estado de espera, as relações ficam numa

suspensão angustiante e prenhe de culpas. Um misto de tristeza e esperança é ruminado sem se equacionar a contento, além de exigir esforços e tempo extra na garantia de direitos que a presença de um cadáver, reconhecido, daria.

Vai daí a morosidade do ente público na busca por desaparecidos num desastre ser testemunhada com grande expectativa e um encerramento oficial prematuro das buscas ter a conotação simbólica de uma rudeza adicional no trato com os familiares sobreviventes, àquela altura das perdas todas havidas. Os faz tomar por concluído algo que ficou socialmente inconcluso; adotarem a crença num perecimento provável sem o respaldo dos meios de verificação aceitáveis do corpo da cultura dos entes vinculados; darem por esgotado os mecanismos de restaurar as relações abruptamente cessadas. Visto assim, o desaparecimento passa a reportar não apenas àquele que se foi no vazio das explicações, descontinuando os enredamentos da vida privada e comunitária, mas também remete aos sentidos desqualificadores da interação do Estado com os familiares e membros restantes da comunidade. Agressão tanto maior simbolicamente quanto mais numerosa a quantidade de corpos que, num único desastre, jamais serão recuperados. A prática de encerramento de buscas revela-se como um sinal, um discurso institucional velado: indica a todo o grupo sobrevivente, sobretudo aos empobrecidos em suas territorialidades precárias, que o seu destino final, assim como o foi sua trajetória, pode ficar no vácuo de providências públicas, sendo isso algo socialmente aceitável. É esse o desamparo maior que oprime os que não podem fechar a tampa dos caixões dos que se foram e que não permite aos sobreviventes reelaborar suas memórias condizentemente com a esperança num recomeço socialmente menos degradante.

As perdas associadas à morte simultânea de familiares, vizinhos e/ou amigos, por vezes seguidas de limitadas providências públicas de recuperação dos corpos e escasso apoio oficial aos ritos de luto, suscita a banalização da súbita supressão da vida humana e desaparecimento do círculo de convivência. Isso faz da vida social um enfeixamento de relações que podem ser dissolvidas em poucos instantes, a qualquer instante, sem que ninguém, na esfera pública, seja responsabilizado; ou, mais cruel ainda, que a culpa seja jogada nos ombros das próprias vítimas, isentando as frações do Estado no fracasso de suas ações preventivas e preparativas dos grupos sociais mais frágeis ao impacto de fatores de ameaça freqüentes e regulares.

O ano de 2011 foi emblemático no número de desaparecidos nos desastres ocorridos no Brasil, tratando-se de centenas de pessoas. No entanto, sequer se trata de números: há uma elaboração individual, familiar e coletiva do luto que não se deixa fluir, fica contida e mal resolvida, porto de angústias, pelo misto de mortes comprováveis e outras tantas presumíveis a lembrar que a fragilidade da vida não é apenas dos que se foram, mas dos que sobreviveram e permanecem assombrados; extirpam-se as relações significativas havidas; portanto, é um mundo que se desfaz irreparavelmente com a ausência do outro (BAUMAN, 2008).

É preciso lembrar, como Martins (2000), que o senso comum não é banal, trata de explicar o mundo sob uma égide distinta da dominante. No caso, a reivindicação incisiva dos familiares pelo direito ao resgate de corpos reporta uma ética na qual a pessoa não pode permanecer esquecida; ou, como define Matos, ficar como se não tivesse nascido nem morrido:

(...) que o corpo esteja enterrado e, no entanto, sem sepultura, significa desaparecer, destituído de um lugar determinável, sem monumento, sem um espaço de luto circunscrito, localizável. Sem um “lugar”, os mortos se tornam espectros. Esse luto, ou antes sua impossibilidade, é ausência de pensamento (...) inviabilizando transformar o horror, um choque, um perigo, em experiência (MATOS, 2004: 294) .

Em entrevista que, meses após e em outras circunstâncias, nos concedeu um bombeiro militar, oriundo da região norte do país, soubemos de seu trabalho voluntário nas escavações numa localidade em Teresópolis. A certa altura, pretendia dar por encerrado as buscas pelo corpo de uma mulher, soterrada, quando o pai da mesma o interpelou, sacando uma foto e rogando pela continuidade do trabalho: ele tinha uma filha, ela existia, tinha um rosto e não poderia permanecer no esquecimento. A foto e a manifestação paterna, disse-nos o bombeiro, davam densidade à dimensão humana do problema, que não poderia se esgotar burocraticamente. A tal mulher tinha forma e conteúdo, história e relações: “era uma pessoa!”, exclamava o pai, e, assim, não poderia ser deixada para trás. Assim, o bombeiro persistiu na busca e encontrou-a,

embora já sem vida. Sentiu, contudo, que tinha concluído o propósito que o teria trazido de tão longe. Obteve a gratidão do pai que pode, enfim, realizar seu luto. O exercício de envolvimento e alteridade, segundo o bombeiro, teria transformado a sua forma de compreender e agir diante a catástrofe. É uma lição, minúscula porém significativa, sobre a necessidade de humanização das práticas profissionais em contexto de desastres e emergências. Quanto mais cedo forem disseminadas, menos cadáveres amontoados e tantos outros insepultos a história da nação irá colher.

Bibliografia Citada:

- BAUMAN, Z. (2008) **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- GILBERT, C. (1998) Studying disaster: changes in the main conceptual tools. E.L. Quarantelli (Ed) **What is disaster?** Perspectives on news questions. London and New York: Routledge. p.11-18.
- MARTINS, J.S. (2000) **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec.
- MATOS, O. (2004) O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, n 101, 10 set 2008. SBPC. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=38&id=459>. Acessado em: 23 fev 2011.